

“Onda negra, medo branco”: o Coletivo Zora (PPGAS/UnB), suas histórias, lutas e perspectivas

JULIANA CHAGAS 

Universidade de Brasília | Brasília, DF, Brasil
ju.schagas@gmail.com

ANA CLARA DAMÁSIO 

Universidade de Brasília | Brasília, DF, Brasil
anaclarasousadamasio@gmail.com

FLÁVIA CABRAL 

Universidade de Brasília | Brasília, DF, Brasil
flaviadefreitascabral@gmail.com

LIDOMAR NEPOMUCENO 

Universidade de Brasília | Brasília, DF, Brasil
lidomarnepomuceno@gmail.com

VINÍCIUS VENANCIO 

Universidade de Brasília | Brasília, DF, Brasil
vini.venancio2@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe203402

resumo Esse ensaio é um apanhado histórico e uma reflexão sobre o cenário sociopolítico dos últimos anos, no que tange à proposição e efetivação das políticas de ações afirmativas, partindo da perspectiva de um coletivo de pessoas negras: o Coletivo Zora Hurston. São explicitados o contexto histórico de criação do Coletivo e as ações desenvolvidas pelas integrantes – atuais e anteriores – para efetivar as políticas de ações afirmativas, as quais, embora sejam direitos definidos e resguardados por lei, necessitam de atitudes antirracistas para se efetuem. Desde 2017, o Coletivo tem atuado de forma permanente para defender e ampliar as políticas afirmativas, se construído também como espaço de produção de conhecimento antirracista e pluriepistêmico.

palavras-chave Coletivo Zora Hurston; Ações afirmativas; Práticas antirracistas; Produção de conhecimento; Antropologia brasileira.

Black wave and white fear: Zora Hurston Collective, its history, struggles and perspectives

abstract The article is both a historical overview and a reflection on the socio-political scenario of recent years in Brazil, regarding to the proposition and implementation of affirmative action policies and is produced from the perspective of a collective of black masters' and PhD students: the Zora Hurston Collective. It presents the historical context and the actions that have been developed by the Collective and its current and former members to enforce affirmative action policies, since although are rights defined and protected by law, require anti-racist propositions to be effective. Since 2017, the Collective works permanently to defend and amplify affirmative policies became a space of antiracist and pluriepistemic knowledge production.

keywords Zora Hurston Collective; Affirmative actions; Anti-racist practices; Knowledge production; Brazilian anthropology.



e203402

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe203402>

Criação

O Coletivo Zora Hurston, formado por pessoas negras discentes regulares do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, surge de um turbilhão de sentimentos. O primeiro deles é, sem dúvida, o cansaço. O cansaço de uma luta constante, que muitas vezes parece dar um passo para frente e dois para trás; o cansaço de lidar com práticas de boicote às demandas da população negra, mas que se apresentam no debate público como ações de boa vontade pelo simples fato de colocarem o debate na pauta; o cansaço de lidar com ementas de disciplinas construídas a partir de um identitarismo advindo do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002), que trata produções de antropólogas negras como antropologias de segunda classe.

No entanto, o Coletivo se constrói também a partir do desejo de aquilombar, de unir em um único espaço a poucas estudantes negras que fazem parte do PPGAS e de, a partir dessa união, possibilitar um espaço de acolhimento, luta e solidariedade. As reuniões bimensais eram voltadas não só para debater os caminhos políticos a serem seguidos, como também eram momentos de autocuidado frente ao racismo institucional que segue adoecendo pessoas negras nos espaços universitários.

Vale pontuar que o surgimento do Coletivo Zora Hurston coincide com a organização do I Negras Antropologias, evento realizado em novembro de 2017 pelas estudantes que formariam o Coletivo. A proposta era a realização de um seminário, que previamente seria um debate mais amplo, englobando também as estudantes indígenas e que seria formulado no âmbito da Comissão de Ações Afirmativas (COAFI). Com as dificuldades no avanço dos preparativos do seminário dentro da Comissão, as quatro fundadoras do Coletivo Zora Hurston (Ana Carolina Costa, Guilherme Fagundes, Lucas Coelho e Rosana Castro) formularam a proposta do I Negras Antropologias.

Além da mesa de abertura, cuja conferência foi proferida por Paula Balduino – egressa do Programa e uma figura importante na luta pelas ações afirmativas na Universidade de Brasília –, ocorreram três mesas voltadas para debates sobre desafios e diálogos teóricos, escritas etnográficas e experiências em campo. Desde 2017, quando ocorreu a sua primeira edição, o Negras Antropologias vem ocorrendo anualmente, sempre tendo em vista a questão da presença – ou melhor, da onda – negra que vem tomando a Antropologia brasileira nos últimos anos, mostrando que acreditamos plenamente que nada será como antes, ainda hoje (Venancio e Lima e Silva, 2021).

Por meio dessa onda negra, promovida pelas integrantes do Zora – que vem gerando um visível medo branco –, encontramos e construímos um sólido espaço para discutir as práticas de epistemicídio (Carneiro, 2005) vigentes na nossa disciplina, como apontou Aline Miranda (2020) na conferência de abertura do III Negras Antropologias. Não é coincidência que carregamos em nossa constituição o nome de uma das primeiras antropólogas negras da história do Atlântico Negro, que foi boicotada pela academia e editoras da sua época, não recebeu apoio do seu orientador e acabou sendo sepultada em uma vala para pessoas indigentes – posteriormente tendo seu legado recuperado pela escritora Alice Walker (Boyd, 2004).

Também fortalecemos os nossos trabalhos, a partir das relações com outros coletivos negros de Antropologia, como o Marlene Cunha (Museu Nacional/RJ) e o Negrada (Universidade Federal do Espírito Santo/ES), assim como com aqueles de outros programas da Universidade de Brasília. Essas parcerias ocorreram com a finalidade de multiplicar as experiências acerca das ações afirmativas e da presença negra em diferentes espaços e instituições de ensino.

Tendo em mente que “nossos passos vêm de longe”, não nos furtamos em discutir questões sobre ações afirmativas. Estivemos, estamos e estaremos atuantes na discussão, revisão e implementação da política tanto no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, quanto naquela que universalizou o ingresso via cotas em todos os programas de pós-graduação da Universidade de Brasília, em 2020, na qual lutamos ao lado das colegas indígenas por uma discussão séria sobre a questão da permanência e da fiscalização das fraudes nas seleções.

Da mesma forma, fomos centrais no processo que culminou no ingresso do primeiro professor indígena no Departamento de Antropologia, visto que, na ocasião do surgimento de uma vaga para docente ociosa, nos mobilizamos para que não houvesse descumprimento à Lei 12.990/14, que versa sobre a política de acesso afirmativo no serviço público. Todavia, vale ressaltar que este é um movimento nacional, que tem demandado, via Ministério Público Federal, que todas as Instituições Federais de Ensino Superior evitem fracionar sem respaldo legal as vagas pelos departamentos e cumpram a lei.

Mesmo que o Zora tenha nascido em 2017, o Coletivo é herdeiro daquelas que vieram antes e lutaram para a efetivação dessa política pública na Universidade de Brasília, tanto na graduação quanto no PPGAS – que neste caso somente se concretiza em 2013, com a primeira turma com estudantes cotistas ingressando em 2015. Temos a esperança – e talvez a certeza – de que nossos passos irão ainda mais longe.

Nossa crença nesse futuro se dá pela criação, em 2020, do Curso Preparatório para as seleções de mestrado e doutorado do PPGAS/UnB, voltado para candidatas negras que visam ingressar pelo edital universal ou pelo de quilombolas. Apesar dos descompassos de calendários acadêmicos entre as diferentes universidades, em virtude da pandemia da Covid-19, que gerou uma oscilação no número total de candidatas, acreditamos que o advento do Curso Preparatório é um passo importante não apenas para ampliar o ingresso de estudantes negras no Programa, mas também como um espaço de acolhimento desde antes do ingresso das mesmas, fortalecendo ainda mais o espaço do Coletivo.

A partir desse breve histórico do Coletivo Zora Hurston, fechamos essa apresentação saudando aquelas que vieram antes, aquelas que agora aqui estão, assim como quem ainda virá. Vida longa ao Coletivo Zora Hurston!

Avaliação e análise dos dados de ingresso para estudantes optantes das ações afirmativas no PPGAS 2014-2020 e alguns apontamentos sobre as ações afirmativas e o PPGAS/UnB

Nesse processo de construção coletiva, no âmbito da universidade e, de modo mais direto, no PPGAS/UnB, do qual somos parte enquanto discentes, percebemos a necessidade

premente de olharmos com mais atenção para os aspectos quantitativos acerca do ingresso de discentes por meio das políticas de ações afirmativas. Esse olhar atento e responsável, poderá nos conduzir por caminhos que nos possibilitem identificar não só os desafios, mas também as vias de aperfeiçoamento dessa política tão relevante.

Conforme nos aponta o hercúleo relatório produzido pela COAFI (2022), há uma considerável variação no número de candidatas optantes entre as seleções de doutorado, conforme os dados do PPGAS/UnB referentes a série de 2014 a 2020. O relatório traz uma média de ingressantes optantes de 2,42 candidatas por edital. Aqui, faz-se necessário discernir entre candidatas optantes e ingressantes cotistas. Os editais de seleção para mestrado e doutorado do PPGAS especificam que até o processo seletivo realizado no ano de 2021, 20% das vagas seriam destinadas às pessoas autodeclaradas negras, as quais concorreriam concomitantemente a estas vagas e às vagas de ampla concorrência.

Assim, as últimas vagas na ordem de classificação – 3 de um total de 15, no caso do mestrado, e 2 de um total de 14, para o doutorado – seriam reservadas exclusivamente às candidatas optantes – que, ao se inscreverem no processo seletivo, optaram por concorrer a estas vagas e se autodeclararam como pessoas negras –, e, na ausência destas, seriam destinadas para ampla concorrência. Se uma candidata ingressasse como optante ocupando as vagas mencionadas, então, a política de ações afirmativas estaria sendo aplicada, e esta seria considerada como cotista. Já no caso em que a candidata obtivesse a aprovação dentro das vagas de ampla concorrência, continuaria sendo considerada apenas como optante, uma vez que não fez jus à política de ações afirmativas. Até o presente momento, nenhuma candidata optante foi aprovada via política de ações afirmativas, e as vagas destinadas à tal política têm sido preenchidas por estudantes brancas desde então.

Tamanha oscilação sugere a necessidade de averiguar o próprio processo seletivo e a eliminação das candidatas. Acerca do processo, o mesmo relatório destacou alguns pontos, dentre eles:

1. Quanto à seleção de mestrado, o maior índice de eliminação do certame é a etapa de avaliação do ensaio etnográfico; 2. Quanto à seleção de doutorado, cabe ressaltar que o maior índice de eliminação se dá na etapa de avaliação da prova teórica escrita, que valoriza, em primeiro lugar, o conhecimento dos autores clássicos consagrados da Antropologia. 3. Qual o referencial utilizado? Estaria esse referencial indicado na bibliografia básica em Antropologia em diálogo com os candidatos? Qual o nível de diversidade temática e de origem étnico-racial dos autores? (COAFI, 2022: 11).

Para além desses pontos, pesa ainda, de forma negativa às candidatas optantes, a insegurança quanto a disponibilidade de bolsas, o que interfere diretamente na permanência dessas discentes, considerando o alto custo de vida na capital federal, o que aponta ainda para a necessidade de uma efetiva política de permanência que garanta a moradia das estudantes que vêm de outros estados para cursar o mestrado e o doutorado.

O relatório da COAFI identificou, ainda, uma inquietante ausência de dados quanto à trajetória de discentes optantes, uma vez que entram no programa. Não há efetiva avaliação de quantas concluem os cursos e, para além disso, informações acerca da sua inserção no mercado de trabalho. Importa trabalhar pela produção e análise desses dados qualitativos, uma vez que, acadêmicas que optaram pelas ações afirmativas têm, muitas vezes, sua atuação voltada para suas comunidades e/ou grupos de origem, produzindo suas pesquisas em intrínseca relação com suas experiências políticas e locais.

Essas pesquisas têm abordado questões educacionais, territoriais e relacionadas ainda às relações raciais, de modo que contribuem diretamente para a superação das mais diversas formas de racismo e outras injustiças às quais estão sujeitas comunidades tradicionais. Têm relevante papel social, mas não só, são fundamentais do ponto de vista acadêmico/epistemológico, uma vez que os temas de suas pesquisas contribuem diretamente para a construção de uma universidade que venha a ser pluriépistêmica.

Ainda lançando mão daquilo que integra o relatório da COAFI (2022), destaca-se que:

A proposta de cotas na Pós-Graduação da UnB, aprovada em 2020, foi concebida como uma continuidade e uma complementação da proposta de cotas na graduação aprovada em 2003. Naquele momento, as cotas formavam parte de um projeto mais amplo denominado Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da Universidade de Brasília. (COAFI, 2022: 1).

O plano considerava ainda, numa terceira etapa, a implementação da política nos concursos para a docência. Compreendendo que a política de cotas no PPGAS/UnB situa-se na segunda etapa, torna-se imprescindível a articulação institucional para que a terceira etapa seja efetivada, uma vez que esta incidirá diretamente na transformação de seu corpo docente, hoje majoritariamente branco, de modo a criar um ambiente acadêmico mais plural, do ponto de vista étnico-racial e epistêmico. Uma vez alcançado este quadro, as possibilidades temáticas das pesquisas levadas por um corpo discente diverso, sendo acolhidas por um corpo docente reconfigurado, possibilitará uma decisiva ampliação do conhecimento antropológico no contexto brasileiro. Uma realidade que não reproduzirá um programa de pós-graduação que busca apenas sujeitar pessoas negras, indígenas e quilombolas aos parâmetros e temáticas de linhas de pesquisa previamente estabelecidas, com potencial limitante de pluralidade de tais pesquisadoras. Como bem apontou o relatório da COAFI:

as áreas de pesquisas e as linhas de pesquisa atualmente vigentes no PPGAS foram formuladas em um período anterior às cotas, visando a atender a um perfil de mestrandos e doutorandos representantes da comunidade branca brasileira, com suas demandas por formação

derivadas basicamente da raiz eurocêntrica da nossa academia (COAFI, 2022: 2).

O ingresso de discentes e docentes, negras, indígenas e quilombolas nestes espaços, são a única forma de superar um modelo de universidade monoepistêmico. Esse modelo, de referência ocidental/eurocêntrica, destaca a COAFI (2022: 2), “[exclui] quase inteiramente os ricos e vastos conhecimentos produzidos nas comunidades negras, indígenas e quilombolas (Sansone, 1998) (Carvalho, 2004)”.

Dito isto, o aperfeiçoamento e a ampliação da política de cotas na pós-graduação, requer um potente esforço coletivo de todas as partes interessadas para que os processos seletivos e a estrutura dos programas sejam capazes de acolher as epistemologias plurais que advém da diversidade étnica e racial do Brasil.

Coletivo Zora: as práticas antirracistas com o Curso Preparatório e o Negras Antropologias

Como já mencionado, o Negras Antropologias nasce em 2017, como um evento de protagonismo discente, pensado e organizado pelas membras do então nascente Coletivo Zora, com o objetivo de dialogar sobre temas e demandas acadêmicas e sociopolíticas das pesquisadoras negras que compunham o corpo discente do PPGAS/UnB. O evento possui um formato presencial de mesas-redondas e conferências temáticas conduzidas tanto por membras do Coletivo, quanto por convidadas que se dedicam a estudar diretamente ou interseccionam o tema das relações raciais em suas pesquisas e trajetórias. O evento tem participação aberta ao público, sendo bem-vindas tanto discentes, como docentes, e também a comunidade não acadêmica. Ao longo dos seus atuais 5 anos de realização, e indo para o sexto ano em 2022, o Negras Antropologias abriu uma porta de visibilização das pesquisas realizadas por estudantes negras no PPGAS/UnB, bem como tem possibilitado a ascensão e reconhecimento de demandas pluriépistêmicas, que rompem com o ciclo histórico de silenciamento do fazer antropológico de pessoas negras (Basques 2019), e, portanto, corroborando com a centralidade das populações negras como sujeitos produtores de conhecimento e parcela significativa na construção da sociedade brasileira, assim como de pesquisadoras negras, mas também dos interesses de pesquisa e engajamento com práticas cidadãs e efetivamente antirracistas junto à universidade.

Registre-se que nos anos de 2020 e 2021, o evento foi atualizado para contemplar uma versão remota, devido à pandemia da Covid-19, sendo transmitido em âmbito nacional por meio do canal do Youtube do Coletivo Zora, e obteve um público ainda maior do que nos anos anteriores, registrando uma conquista importante no alcance das discussões produzidas em seu seio. Na edição de 2021, a programação contou, ainda, com Grupos de Trabalho, para recepção e discussão de pesquisas realizadas em todo o território nacional, além das conferências realizadas terem sido transcritas e comporem a primeira edição do Caderno Virgínia Bicudo, na Revista Pós, da UnB, lançado em 2022. O Negras Antropologias figura como um lugar de acolhimentos, debates e de visibilização e produção

de conhecimento antropológico, que visa a ser acessível e acessado de formas e em formatos diversos, sendo também constitutivo do cenário atual, em que, inspirado nas discussões contemporâneas dos rumos da Antropologia brasileira e no caráter autorreflexivo da disciplina, possibilita concomitantemente um espaço de inovação científica e de avanços sociais.

Já o Curso Preparatório para o processo seletivo do mestrado e doutorado é exclusivo para alunas negras e está em sua terceira edição. O curso funciona como plano de ação direta para a entrada de estudantes negras no departamento. Ele é promovido, organizado e operacionalizado pelo Coletivo e está dividido em três etapas. A primeira versa sobre sua ampla divulgação em mídias sociais e listas de e-mails. Como todo o curso é online e gratuito, buscamos atingir qualquer estudante em território nacional e internacional que queira ingressar no mestrado e/ou doutorado do PPGAS. Em seguida, oferecemos aulas que buscam ensinar como preparar um ensaio etnográfico (a nível de mestrado) e um projeto de pesquisa (a nível de doutorado) para as respectivas participantes. Essa etapa é primordial para que as candidatas compreendam como escrever um texto nos parâmetros esperados pelo PPGAS. Vale um adendo de que muitas participantes do curso preparatório não têm como primeira formação a Antropologia, sendo essa uma etapa crucial para dar seguimento à entrada no programa.

Em seguida, para o doutorado, convidamos pesquisadoras amigas, conhecidas e colegas, para ministrar todas as aulas que estão presentes na bibliografia estabelecida pela banca para a escrita da prova teórica. Essa etapa demonstra também como o coletivo expande sua rede de relações e busca especialistas em cada tema para ministrar uma aula de até 2 horas sobre a bibliografia obrigatória da seleção em questão. A preferência nessa etapa de docência é para estudantes negras e indígenas. Essa etapa auxilia na expansão da compreensão da bibliografia exigida, assim como se estabelece como um espaço de diálogo, momento para sanar dúvidas sobre as autoras e também compreender se os diálogos escolhidos pela candidata conversam com a bibliografia proposta.

Por último, mas não menos importante, temos uma aula exclusiva de preparação para as provas oral e de idiomas. Essas etapas são importantíssimas para que sejam mapeadas as perguntas que geralmente são feitas nas seleções, para compreender o que cada docente que está participando da banca pesquisa espera da candidata e para entender como a prova de idiomas é feita. Essa última, normalmente, é esperada com muita ansiedade e até mesmo temor por grande parcela das candidatas. Muitas estudantes, a maioria, não possui familiaridade com outros idiomas. Ministramos uma aula com foco em apresentar um protótipo da prova de idiomas, para que elas tenham ideia do que esperar, além de dicas práticas de como facilitar a leitura desta prova, e considerações que ajudam a se prepararem para a prova oral.

Como é possível perceber, tanto o Negras Antropologias, quanto o Curso Preparatório, possuem o propósito de esgarçar os sentidos do que é a antropologia brasileira, como a antropologia pode ser feita e por quem. Esses são momentos estratégicos para a construção de antropologias possíveis, e, concomitantemente, para ampliar as chances de acesso ao PPGAS/UnB e proporcionar a continuidade dos projetos, já que muitas pessoas

que passam por esses momentos, em especial pelo curso preparatório, serão as futuras integrantes do Coletivo Zora.

Apontamentos finais: Os desdobramentos da implementação das ações afirmativas no PPGAS/UnB

Nos dias 13 e 27 de junho de 2022 foram realizadas as reuniões do Colegiado do PPGAS/UnB para a rediscussão da política de ações afirmativas a partir do relatório produzido pela Comissão de Ações Afirmativas (COAFI), com a colaboração das estudantes negras do Coletivo Zora Hurston. Com a presença dos docentes e de vários discentes do programa, vivenciamos um dos dias mais marcantes para as estudantes negras do PPGAS. O primeiro ponto discutido e aprovado com unanimidade na reunião foi o compromisso de incorporação plena de todas as candidatas optantes da política de ações afirmativas na medida da capacidade do programa, com a possibilidade de remanejamento de vagas remanescentes e abertura de novas vagas reservadas para cotas, se necessário. Esta proposta tem como objetivo o aproveitamento total das vagas reservadas para as estudantes optantes das cotas, já que a política de ações afirmativas não tem sido efetivamente cumprida nas últimas seleções com as estudantes optantes ingressando pela ampla concorrência e as vagas remanescentes sendo preenchidas por estudantes brancas.

Outro ponto discutido foi a sugestão de inserção mínima de 30% de antropólogas negras na bibliografia obrigatória exigida no processo de seleção para o doutorado. Após longa discussão, concluiu-se que essa mudança seria necessária para garantir uma diversidade epistêmica na seleção, e assim, houve um consenso e foi aprovada a obrigatoriedade de que 25% da bibliografia do processo seletivo seja composta de autoras afro-brasileiras e indígenas.

Em relação ao ingresso de estudantes negras na pós-graduação, outras alterações foram sugeridas e aprovadas, como a elevação da nota de corte para 7 para candidatas não-optantes e a manutenção da nota 5 para candidatas optantes da política de cotas. Também foi aprovada a modificação dos critérios de aplicação da prova de proficiência em língua inglesa para as candidatas optantes, para que não tivesse mais caráter eliminatório no processo seletivo e para que fosse oferecido um curso de línguas às candidatas reprovadas nas duas tentativas previstas em edital, como já ocorre nas seleções das candidatas indígenas e quilombolas.

Mas a proposta mais importante discutida nas reuniões foi a ampliação da reserva de vagas para candidatas autodeclaradas negras optantes das políticas de ações afirmativas, de 20% para 33%, ou seja, um terço das vagas de todo processo seletivo na pós-graduação. O objetivo é aumentar o contingente de estudantes negras no programa, que baixa drasticamente entre a graduação e a pós-graduação. Após intenso debate, a ampliação das vagas foi aprovada e, também, a sua implementação imediata. Dessa forma, esta e as outras alterações aprovadas nas reuniões já entraram em vigor no edital de seleção lançado em setembro de 2022.

Diante do cenário sociopolítico abordado no trabalho, das mobilizações dos agentes políticos e sujeitos que constituem uma teia de relações entre o gargalo histórico de acesso e

continuidade das pessoas negras na academia e em todas as esferas nas quais podem atuar a partir da formação pós-graduada, destacamos que as ações articuladas pelo Coletivo Zora têm apresentado um papel fundamental no avanço das pautas e conquistas referentes à coletividade negra e no estabelecimento de seu espaço na Antropologia Brasileira, no reconhecimento das pluralidades de epistemes, no combate ao epistemicídio, na contribuição e visibilização das diversidades de referências científicas não brancas e de modos de atuação que entrelaçam conhecimentos soterrados, que estão vindo à tona a partir de uma ampla e séria discussão sobre as continuidades do sistema colonial ainda vigente em nosso país.

Assim, por meio das inúmeras atividades promovidas pelo Coletivo: na presença nos espaços de decisão de discentes e docentes do PPGAS, na produção do evento Negras Antropologias, na realização do Curso Preparatório, na divulgação de outros projetos e no diálogo estabelecido nas redes sociais do Coletivo, isto é, nas muitas lutas e nas várias frentes empreendidas pelas integrantes, propomos descontinuidades no ciclo histórico do racismo e do status quo na sociedade brasileira e temos em mente que podemos espriar cada vez mais materialmente esse debate e enriquecer passo a passo tal panorama.

Referências Bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. 2021. Nota Técnica da Associação Brasileira de Antropologia sobre as ações afirmativas consignadas na Lei 12.711 de agosto de 2012 e atualizada pela Lei 13.409 de dezembro de 2016. Brasília. Disponível em: <<https://www.portal.abant.org.br/2021/12/10/nota-tecnica-da-associacao-brasileira-de-antropologia-sobre-as-acoes-afirmativas-consignadas-na-lei-12-711-de-agosto-de-2012-e-atualizada-pela-lei-13-409-de-dezembro-de-2016/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- BASQUES, Messias. 2019. Diários de Antropologia griô: etnografia e literatura na obra de Zora Hurston. *Revista Antropológicas*, vol. 23, n. 30: 316-326. DOI 10.51359/2525-5223.2019.244086.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. 2002. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. São Paulo, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- BOYD, Valerie. 2004. *Wrapped in rainbows: the life of Zora Neale Hurston*. New York: Lisa Drew Books/Scribner.
- CARVALHO, José Jorge de. 2004. *As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras*. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. (Série Antropologia)
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. 2005. *A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. São Paulo, Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo.
- COAFI - Comissão de Ações Afirmativas do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. 2022. *Relatório de avaliação da política de ações afirmativas no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília*. Departamento

- de Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília. Relatório apresentado na reunião de colegiado da Pós-Graduação em Antropologia de 13 jun. 2022. 24 p.
- MIRANDA, Aline. 2020. Seguindo a herança dos meus ancestrais: negras epistemologias e a descolonização do pensamento. *Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, vol. 15: 167-187.
- REPOSITÓRIO Institucional da UnB. DAN - Programa de Pós Graduação. DAN - Doutorado em Antropologia (Teses) [139]; DAN - Mestrado em Antropologia (Dissertações) [234]. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/542>>. Acesso em: 10 set. 2022.
- SANSONE, Lívio. 1998. Racismo sem etnicidade. Políticas Públicas e discriminação racial em perspectiva comparada. *Dados*, vol. 41, n. 4: 751-783. DOI 10.1590/S0011-52581998000400003.
- SIQUEIRA, Carlos Henrique Romão de. 2004. O processo de implementação das ações afirmativas na Universidade de Brasília (1999-2004). *O Público e o Privado*, vol. 2, n. 3: 165-188.
- VENANCIO, Vinicius; LIMA E SILVA, Juliana Cintia. 2021. O Problema I: “Nada será como antes, amanhã”: Antropólogues negras/os movendo a Antropologia Brasileira. *Novos Debates - Fórum de Debates em Antropologia*, vol. 7, n. 2: 1-12. DOI 10.48006/2358-0097-7221.

sobre as autoras e autores **Juliana Chagas**

Doutoranda em Antropologia Social na Universidade de Brasília. Cientista social (UFC) e mestra em Antropologia (PPGA UFC-Unilab). Integra o Laboratório de Estudos em Economias e Globalizações (LEEG/UnB). Interessa-lhe intersecções entre economias, estética, raça e trajetórias.

Ana Clara Damásio

É doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Integra o grupo de pesquisa MOBILE – Laboratório Etnografia das Circulações e Dinâmicas Migratórias (DAN, UnB). Tem interesse em temas que perpassam parentesco e migração.

Flávia Cabral

Mestranda em Antropologia Social na Universidade de Brasília - UnB. Integra o grupo de pesquisa “Cidadania, Administração de Conflitos e Justiça – CAJU” (UnB/CNPq) e é pesquisadora vinculada ao

INCT/InEAC (UFF). Pesquisa temática do Sistema Penal Juvenil.

Lidomar Nepomuceno

Graduado, com licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará. Mestrando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Tem interesse nas temáticas de relações raciais, branquitude, religião e espiritualidades de pessoas LGBTQIAP+.

Vinícius Venancio

É professor da disciplina de Raça, Diáspora Africana e Relações Internacionais e doutorando em Antropologia Social, ambos na Universidade de Brasília. Tem interesse nas temáticas de fluxos de coisas, pessoas e informações, assim como relações raciais, familiares e de gênero.

Autoria: Todas as autoras contribuíram com a organização e coleta de dados, sistematização e redação do artigo.

Financiamento: A produção deste artigo não contou com financiamento público.

Recebido em 30/09/2022.

Aprovado para publicação em 01/12/2022.